**AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MULHERES GESTANTES E NÃO GESTANTES**

**RESUMO**

A insegurança alimentar é um tema atual e relevante para a saúde pública sendo estabelecida, sobretudo, pela pobreza e pelas desigualdades sociais. O presente estudo tem como objetivo verificar a situação de segurança alimentar e dos diferentes níveis de insegurança alimentar das famílias que tinham em sua composição mulheres gestantes e mulheres não gestantes. Foi realizado um estudo transversal com famílias residentes no município de João Pessoa e cadastradas nas Unidades Básicas de Saúde da Família. Os resultados das variáveis sociodemográficas e econômicas foram descritos e apresentados como frequência absoluta e relativa. Para avaliar a associação entre as variáveis categóricas foi utilizado o teste Qui-quadrado, sendo considerado um nível de significância menor de 5%. A amostra foi constituída por 402 mulheres, sendo 271 gestantes e 131 não gestantes. A segurança alimentar apresentada foi de 51%, já a insegurança alimentar foi de 49%. Ao comparar a situação de segurança e insegurança alimentar as variáveis que apresentaram associação foram: mulher (gestante – não gestante), faixa etária, renda per capita e recebe benefício social.Conclui-se que a insegurança alimentar está presente tanto nas famílias com gestantes quanto as sem gestantes em seu domicílio e está associada a fatores como renda e o recebimento do benefício social.

**Palavras-chave:** Nutrição, Saúde materno infantil, Vulnerabilidade.

**1. INTRODUÇÃO**

No Brasil a definição de segurança alimentar e nutricional é determinada pela lei orgânica de segurança alimentar e nutricional - LOSAN, sendo considerada a execução do direito de todos ao acesso contínuo e definitivo a alimentos de qualidade em quantidades satisfatórias sem afetar o alcance a outras necessidades fundamentais, tendo como suporte padrões alimentares promotores de saúde, que respeitem a pluralidade cultural. (RIBEIRO et al., 2015).

A insegurança alimentar é um tema atual e relevante para a saúde pública sendo estabelecida sobretudo, pela pobreza e pelas desigualdades sociais. A política nacional de segurança alimentar e nutricional demonstra um enorme desafio ao estabelecimento das políticas públicas nas regiões do Brasil principalmente a região Nordeste por suas desigualdades a nível social tendo repercussões especialmente em grupos vulneráveis como as gestantes (VASCONCELOS et al.,2015). Em consequência do debate sobre a segurança alimentar e nutricional no decorrer dos anos foram determinados alguns métodos para sua avaliação, um deles é a percepção da insegurança alimentar no domicílio analisada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (LANG; ALMEIDA; TADDEI, 2011).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é o resultado da adaptação da escala do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, validada no Brasil por Pérez Escamilla et al. 2003. É composta por 14 perguntas fechadas oito relativas aos adultos e seis às crianças, referente à situação alimentar da família nos últimos 3 meses, é apontada como um indicador de medida padronizada sendo relacionada a percepção e vivência de insegurança alimentar a nível familiar tendo a capacidade de verificar as dificuldades de acesso da família aos alimentos e em conjunto as condições psicológicas e sociais, além disso, é uma escala com baixo custo e fácil aplicabilidade. (KEPPLE; CORREA, 2017). As desigualdades sociais apresentam um efeito direto no bem estar dos indivíduos, pessoas que possuem características desfavoráveis como: baixa renda, baixa escolaridade, menor acesso a serviços públicos, mulheres chefiando o domicílio e cor da pele parda ou negra são mais propícios à situação de insegurança alimentar (IBGE, 2014).

Diante disso esse estudo tem como objetivo verificar a situação de segurança alimentar e dos diferentes níveis de insegurança alimentar das famílias que tem em sua composição mulheres gestantes e não gestantes.

**2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Foi realizado um estudo transversal com famílias residentes no município de João Pessoa e cadastradas nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBS). A amostra deste estudo foi não probabilística adotando como critérios de inclusão: famílias com pelo menos uma gestante independente do período de gestação, no entanto com desenvolvimento normal da gestação e famílias compostas exclusivamente por adultos, independentemente do número de moradores, desde que todos compartilhem dos mesmos recursos. Desse modo as famílias foram escolhidas de maneira aleatória (amostra por conveniência) com base nos cadastros das UBS até completarem o tamanho amostral de 402 mulheres.

Os dados foram coletados nas UBS, enquanto as mulheres (gestantes e não gestantes) aguardavam atendimento. As entrevistas foram realizadas por entrevistadores treinados que aplicaram questionários estruturados apropriadamente testados. O módulo de identificação da família foi constituído por 26 questões de múltiplas escolhas ou declarativa abordando questões sociodemográficas e econômicas e para avaliar a Insegurança Alimentar, foi utilizada nesse estudo, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Foi realizada uma análise descritiva de todas as variáveis e as relações entre insegurança alimentar foram realizada com os testes apropriados. Os resultados das variáveis sociodemográficas e econômicas foram descritos através de tabelas de frequência absoluta e relativa. Para comparar as proporções de segurança e insegurança alimentar com as variáveis socioeconômicas, as variáveis categóricas foram dicotomizadas, sendo utilizado o teste Qui-quadrado, considerado um nível de significância menor 5%, P-valor <0,05. Este trabalho faz parte de um projeto maior intitulado “Relação de causa e efeito entre insegurança alimentar e condições de saúde, alimentação e qualidade de vida”. O projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de ética e pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e todos os participantes foram convidados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A amostra do estudo foi constituída por 402 mulheres sendo 271 gestantes e 131 que não estavam gestantes. A média de idade da população total foi de 32,02 anos (±9,99) com o mínimo de 18 anos e com o máximo de 60 anos, com relação ao estado civil foi observado que a maior parte das mulheres são casadas 40,8% (n=164), as mulheres em união estável 27,9% (n=112) e solteiras 25,4% (n=102) também apresentaram percentuais elevados sendo importante enfatizar que as mulheres em união estável convivem com seus companheiros. A raça parda foi a mais autodeclarada com o percentual de 60,4% (n=243), já o nível de escolaridade o que predominou foi o ensino médio com 39,8% (n=160). No tocante da quantidade de residentes no domicílio houve um predomínio de 3 pessoas formando a família 52,7% (n=212), em relação a renda per capita foi mostrado que a maioria dos participantes sobrevivem com até meio salário mínimo 47,2% (n=190) e mais de meio salário mínimo 46,8% (n=188), houve um predomínio de famílias que não obtém os benefícios do governo federal com índice de 68,7% (n=276) (Tabela 1).

**Tabela 1** - Caracterização da amostra quanto as variáveis sóciodemográficas e econômicas das mulheres gestantes e não gestantes. João Pessoa – PB, 2020 (n=402).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Variáveis** | **N %** | |
|  |  |
| **Estado civil** |  |  |
| Solteira | 102 | 25,4 |
| Casada | 164 | 40,8 |
| Divorciada | 20 | 5,0 |
| União estável | 112 | 27,9 |
| Viúva | 4 | 1,0 |
| **Raça** |  |  |
| Branca | 92 | 22,9 |
| Preta | 43 | 10,7 |
| Parda | 243 | 60,4 |
| Indígena | 6 | 1,5 |
| Amarela | 17 | 4,2 |
| **Escolaridade** |  |  |
| Ensino fundamental | 21 | 5,2 |
| Ensino médio | 160 | 39,8 |
| Curso técnico | 26 | 6,5 |
| Graduação | 34 | 8,5 |
| Pós-graduação | 3 | 7,0 |
| **Quantitativo de pessoas vivendo no domicílio** |  |  |
| Até 3 pessoas | 212 | 52,7 |
| De 4 a 6 pessoas | 166 | 41,3 |
| A partir de 7 pessoas | 24 | 6,0 |
| **Renda per capita** |  |  |
| Até meio salário mínimo | 190 | 47,2 |
| Mais de meio salário mínimo | 188 | 46,8 |
| Não sabem\não responderam | 24 | 6,0 |
| **Recebe benefício do governo federal** |  |  |
| Não | 276 | 68,7 |
| Sim | 126 | 31,3 |

**Fonte:** Dados da pesquisa. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2020.

Na presente pesquisa, 51% (n=205) mulheres encontravam em situação de segurança alimentar, já a insegurança alimentar leve apontou valores de 33,1% (n=133), com relação à insegurança alimentar moderada os percentuais foram de 9,5% (n=38) e 6,5% (n=26) com insegurança alimentar grave. No estudo de Facchini et al. (2014), foi feita uma análise onde a insegurança alimentar em domicílios urbanos na região Nordeste (n=5.419 domicílios) obtiveram uma prevalência de insegurança de 54,2% resultado superior ao da presente pesquisa. Observou-se associação significativa com insegurança alimentar a mulher estar gestante, ter idade ≥ 30 anos, possuir uma renda per capita de até meio salário mínimo e não receber benefício social e com relação à situação conjugal não houve associação significativa com a insegurança alimentar (Tabela 2).

**Tabela 2 –** Relação do perfil sociodemográficos e econômico com a insegurança alimentar das

mulheres gestantes e não gestantes. João Pessoa – PB, 2020 (n=402).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Variáveis** | **Segurança Alimentar** | | **Insegurança Alimentar** | | **χ2**  **p-valor** |
| ***Mulher*** | N | % | N | % | **0,000** |
| Gestante | 148 | 54,6 | 123 | 45,4 |
| Não gestante | 57 | 43,5 | 74 | 56,5 |
| ***Faixa etária*** |  |  |  |  | **0,019** |
| Menor que 30 anos | 106 | 57,3 | 79 | 42,7 |
| Igual ou maior que 30 anos | 98 | 45,6% | 117 | 54,4 |
| ***Situação conjugal*** |  |  |  |  | 0,787 |
| Sem companheiro | 63 | 50,0 | 63 | 50 |
| Com companheiro | 142 | 51,4 | 134 | 48,6 |
| ***Renda per capita (em salários mínimos)*** |  |  |  |  | **0,000** |
| Até 1\2 salário mínimo | 76 | 40 | 114 | 60 |
| Mais de 1\2 salário mínimo | 114 | 60,6 | 74 | 39,4 |
| ***Recebe benefício social (Bolsa Família)*** |  |  |  |  | **0,000** |
| Não | 157 | 56,9 | 119 | 43,1 |
| Sim | 48 | 38,1 | 78 | 61,9 |

**Fonte :** Dados da pesquisa, João pessoa, Paraíba, Brasil, 2020 \*Teste Qui-Quadrado.

De acordo com a renda per capita declarada no estudo, a maioria dos participantes sobrevivem com um valor abaixo do atual salário mínimo. O dado diverge do valor estimado pelo IBGE da população brasileira, que é de R$ 1.373,00. No entanto, quando analisamos a renda por estado, a Paraíba apresenta um valor de R$ 898,00, que condiz com o que foi encontrado. O Nordeste é a região que possui as menores rendas (IBGE, 2018).

Em sua maioria os sujeitos do estudo não recebem benefício social do Programa Bolsa Família (PBF) caracterizando maior prevalência de insegurança alimentar, sendo uma informação adicional na presente pesquisa, não sendo critério para participação do estudo. O PBF tem como objetivo central a promoção da segurança alimentar, visando à superação da fome e da pobreza no País, entretanto, apesar do grande progresso do programa, estudo realizado por Berger e Stumpf (2019), destacou que a fome e a desigualdade social no Brasil voltaram a crescer rapidamente, sugerindo que a política se torna incapaz de promover sozinho o combate à pobreza e a desigualdade social que o país enfrenta dia-a-dia. Ressalta-se que algumas famílias não são inclusas no programa, mesmo, se enquadrando nos critérios adotados.

**4. CONCLUSÕES**

De acordo com os resultados obtidos conclui-se que a insegurança alimentar está presente tanto nas famílias com gestantes quanto as sem gestantes em seu domicílio e está associada a fatores como renda e o recebimento de ajuda do governo. É preciso uma inovação nas políticas públicas que certifique ao indivíduo um ambiente propício em que ele seja capaz de se alimentar com dignidade e autonomia, sendo importante compreender as razões da insegurança alimentar para atuar nas suas causas. Assim, estudos que pesquisam motivos relacionados a insegurança alimentar são cruciais para o planejamento de programas e políticas públicas com foco preventivo e de promoção da saúde.

**5. REFERÊNCIAS**

FACCHINI, L. A. et al. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30 (1):161-174, jan. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Rio de Janeiro, 2018

KEPPLE, A. W.; CORRÊA, A.M.S. **Conceituando e Medindo** **Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: http: \\ www.scielosp.org\pdf\csc\v16n1\v16n1a22.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

LANG, R. M. F.; ALMEIDA, C. C. B.; TADDEI, J. A. A. C. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3111-3118, 2011.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael et al. An adapted version of the US Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **The Journal of nutrition**, v. 134, n. 8, p. 1923-1928, 2004.

RIBEIRO, S.M.; BOGÚS, C.M.; WATANABE, H.A.W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n.2, p.730-743, 2015. Doi: 10.5020/18061230.2012.p381.

STUMPF, JOAO HENRIQUE; BERGER, Cristiano Riam. O impacto do programa Bolsa Família no combate a fome e a desigualdade social no Brasil. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 10, n. 2, p. 43-51, 2019.

VASCONCELOS SML, TORRES NCP, SILVA PMC, SANTOS TMP, SILVA JVL, Omena CMB, et al. **Insegurança Alimentar em Domicílios de Indivíduos Portadores de Hipertensão e/ou Diabetes**. Int J Cardiovasc Sci . 2015 Jan/Feb; [cited 2017 May 5]; 28(2):114-21.